JORNAL DA APUBH

Edição Outubro . 2017

40 anos APUBH
Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco

APUBH RESISTE EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

PÁG. 8

NESTA EDIÇÃO



Entrevista com o Presidente do CNPq, Mario Neto Borges
Pág. 10



A 69ª Reunião Anual da SBPC na UFMG
Pág. 14



Diretoras da APUBH recebem medalha Clara Zetkin
Pág. 11

EXPEDIENTE

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE, MONTES CLAROS E OURO BRANCO - APUBH

Rua Artur Itabirano, 70 / São José (Pampulha)
CEP: 31.275-020 / (31) 3441-7211
www.apubh.org.br / apubh@apubh.org.br

Gestão 2016-2018

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Carlos Barreira Martinez
1° Vice-presidente: Dalmir Francisco
2° Vice-presidente: Dalton Rocha Pereira
Secretário-geral: Giovane Azevedo
Vice-secretário-geral: Rosângela Carrusca Alvim
Diretora de Finanças: Otávia Fernandes de Sousa Rodrigues
Vice-Diretora de Finanças: Marta de Oliveira Pimentel
Primeiro Suplente: José Antônio Gonçalves Miranda
Segundo Suplente: Luiz Gustavo Martins da Silva

DIRETORIA SETORIAL

Ciência e Tecnologia: Leidivan Almeida Frazão e Paulo Roberto Antunes Aranha
Hospital Universitário: Mauro Ivan Salgado
Política de Ensino Básico e Profissional: Fábio Costa Pedro
Política Educacional: Edna Maria faria Viana
Política Cultural: Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
Seguridade Social: Débora Torres Mendes de Oliveira e Maximiliano Soares Pinto
Diretoria de Etnia, Gênero e Classe: Francinete Veloso Duarte e Rita de Cássia Augusto
Diretoria de Comunicação e Política: Ângela Maria Carrato Diniz
Política Sindical: José Lopes de Siqueira Neto e Bismark Vaz da Costa

JORNAL DA APUBH

Comissão Editorial: Dalton Rocha e Carlos Barreira Martinez
Jornalista Responsável: Simone Ribeiro de Melo / Jornalista - MTB 11455/MG
Editores: Anderson Sousa e Simone Ribeiro
Edição Eletrônica: Lucas Daian
Tiragem: 3,5 mil exemplares

MEMÓRIA





Acervo Apubh

A Reforma da Previdência realizada em 2003 foi tema de Seminário promovido pela APUBH, em parceira, com a reitoria da UFMG e o Sindifes. Nesse evento foram discutidos a proposta da governo e o impacto das alterações no Regime Próprio de Previdência Social.

O MÊS: Maio
O ANO: 2003
O FATO: Seminário Reforma da Previdência

EDITORIAL

QUE BRASIL QUEREMOS?

Todos os dias, somos surpreendidos com novas denúncias e escândalos que rondam a cúpula dos Poderes do Estado Brasileiro. Paralelo a isso, o País novamente se vê rifado, diante do processo de venda de empresas públicas ou da transferência do controle acionário de empresas de economia mista para investidores e corporações multinacionais privadas ou nacionais, quase sempre financiadas pelo BNDES. E tudo para tentar "tampar" temporariamente o déficit público, gerado pela ingerência política e a sua conseqüente mancha de corrupção. Isso traz uma sensação de minimização em curto prazo dos desmandos de uma classe desacreditada e que já não tem legitimidade frente à população que diz representar. No longo prazo, o país perde seu patrimônio duramente construído e herda um déficit crescente. Cabe sempre lembrar que, em alguns países, a geração de energia elétrica, por ser parte da estratégia de soberania do país, é gerida pelo poder público e, em alguns casos, é supervisionada pelo Exército.

Não podemos privatizar nossas fontes de energia e de matérias primas, sem ampliar as discussões com a sociedade e sem identificar o que é estratégico para o País. O governo, com intuito de neutralizar os movimentos contrários à entrega do patrimônio público, tem feito um trabalho profissional e agressivo de marketing, que tenta creditar aos funcionários públicos o déficit da previdência e a estagnação do crescimento do país. Além disso, tem buscado ceifar direitos historicamente conquistados daqueles que operacionalizam a máquina administrativa do Estado. Alertamos que esses servidores alçaram aos seus postos por meio de concursos públicos e não por meio de indicações políticas, e por essa razão não se dobram aos caprichos dos governantes de plantão. Com essas ações de marketing, o governo espera quebrar a espinha dorsal do "estado nacional" que é constituída pelo seu funcionalismo que serve "ao estado e ao povo" e não a governos.

Sabemos que sem Educação a democracia é uma farsa. A Educação nunca foi de fato uma prioridade dos nossos governantes. Governos que pretendem aniquilar a reação do povo ao saque da nação impedem o avanço da Educação. Esse governo sem legitimidade ética e sem aprovação da população não tem cumprido as metas de investimento na educação e em ciência e tecnologia. Investimentos esses que aqui são tratados como gastos, pois não se computa o retorno sistêmico que representam para o país. Ao fortalecer a educação e a pesquisa gerando inovação tecnológica, abriremos as portas do futuro para aqueles que virão depois de nós. Países soberanos encaram a educação e a pesquisa como investimento. No Brasil, ao contrário, o governo tem contingenciado esse investimento, dificultando o funcionamento das IFES e dos órgãos de pesquisas. O prejuízo que isso irá causar será sentido por décadas.

Que País queremos para hoje e para o futuro? Um País submisso, envergonhado e pobre? Ou um País soberano, altivo e rico? Devemos e vamos continuar lutando sempre por um País melhor e por uma sociedade mais igualitária. A APUBH vai seguir resistindo de forma serena e coerente em defesa da educação pública de qualidade, contra as privatizações e em favor dos servidores públicos e do Estado Brasileiro. Lembremos sempre: ser funcionário público é servir ao Estado e à população. Não é privilegio, é mérito e honra.

Diretoria da APUBH

ÍNDICE

Jurídico:	**4 a 7**
Capa:	**8**
Opinião:	**9**
Entrevista:	**10 e 11**
Notícias:	**11 a 15**
Nota:	**16**

JURÍDICO I



GOVERNO FEDERAL AVALIA AUMENTAR A ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO DO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR - PSS*

Atualmente, os servidores públicos federais contribuem mensalmente para o Plano de Seguridade Social com 11% do valor da remuneração – para aqueles que ingressaram no serviço público antes da criação da previdência complementar – e também 11%, mas considerando o teto no INSS, para aqueles que ingressaram após o referido marco.

Com intuito de reverter o suposto rombo das contas públicas, no dia 15 de agosto, o Governo Federal divulgou a possibilidade de aumentar – em sistema de escalonamento – o percentual de contribuição.

No ano passado, o Projeto de Lei 54/2016 (Plano de Auxílio aos Estados e Distrito Federal), que foi aprovado e publicado como Lei Completar 156 de 28/12/2016, já trazia em seu texto original essa proposta. No entanto, no decorrer do trâmite legislativo, a redação foi alterada e o aumento da alíquota foi excluído.

Neste momento, segundo anunciado pelo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a intenção do Governo é aprovar uma Lei que determine a contribuição dos servidores em escala variável de acordo com os salários, cuja alíquota mínima será de 11% e a máxima de 14%. Os parâmetros, porém, não foram divulgados.

E, para que este plano se concretize, o meio legislativo a ser utilizado é discutível. Embora o Governo Federal pretenda concretiza-lo por meio de Lei Ordinária, cuja aprovação depende de voto favorável apenas de maioria simples dos deputados e senadores, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 875958, que discute a necessidade de que as alíquotas de contribuição previdenciária sejam disciplinadas por Lei Complementar – cujo trâmite é mais elaborado e depende de aprovação por maioria absoluta do Congresso.

Destaca-se que informações minuciosas somente serão obtidas após o envio do pretendido projeto para o Congresso – oportunidade em que poderão ser avaliados os detalhes e abrangência da alteração.

***Thaísa C. Guimarães Fonseca**
Geraldo Marcos & Advogados Associados

JURÍDICO II

A APUBH INGRESSARÁ COM AÇÃO COLETIVA QUESTIONANDO A INCIDÊNCIA DO ABATE-TETO PELA UFMG, NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO LÍCITA DE CARGOS PÚBLICOS

No dia 5 de setembro de 2017, a APUBH realizou Assembleia Geral Extraordinária em que foi autorizado pelos presentes o ingresso com ação judicial coletiva perante a Justiça Federal de Minas Gerais para questionar a aplicação do teto remuneratório previsto pelo art. 37, XI da Constituição Federal sobre a soma de proventos ou provento e remuneração percebida pelos professores que acumulavam licitamente dois cargos públicos ou que acumulam, também licitamente, uma aposentadoria com um cargo.

Na mesma ação, a APUBH pedirá a suspensão imediata da aplicação equivocada do abate-teto, mediante depósito em juízo dos valores indevidamente descontados e, ainda, a condenação da UFMG a pagar os valores indevidamente descontados nos últimos cinco anos.

JURÍDICO III



PROFERIDA SENTENÇA FAVORÁVEL NO PROCESSO REFERENTE À CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E ABONO DE PERMANÊNCIA AOS PROFESSORES QUE ALCANÇARAM A CLASSE DE TITULAR POR MEIO DE CONCURSO.

Em 2014, a APUBH ajuizou Ação Coletiva a fim de garantir que os Professores que prestaram concurso para Titular, na vigência da antiga regulamentação da carreira (Decreto 94.664/87 – PUCRECE), fossem dispensados do cumprimento do estágio probatório e do cumprimento de cinco anos na classe para concessão do abono de permanência e aposentadoria. Isto porque, em 2012, com a entrada em vigor da Lei 12.772, estes docentes foram automaticamente enquadradosna Classe de Titular – que deixou de exigir concurso e acabou com a discussão sobre se tratar ou não de um novo cargo, evidenciando a unicidade da carreira.

Além disso, a APUBH requereu que a Universidade fosse condenada no pagamento das parcelas atrasadas referentes ao abono permanência eventualmente devidos a estes docentes, desde a data do ingresso na classe de Titular ou do cumprimento dos demais requisitos.

Em sede de tutela antecipada, o Sindicato pleiteou a dispensa dos estágios probatórios já iniciados e o restabelecimento do abono de permanência que os servidores vinham recebendo no exercício da classe anteriormente ocupada.

A Juíza do processo, baseada na isonomia e proporcionalidade, proferiu sentença favorável aos pedidos da APUBH para:

a) Reconhecer o direito destes professores a requererem aposentadoria voluntária ou abono de permanência, independentemente do decurso do prazo de 5 (cinco) anos na classe de professor Titular;

b) Condenar a UFMG ao pagamento das parcelas mensais referentes ao mencionado abono, vencidas desde a data em que foi cessado indevidamente ou a partir do momento em que, após o ingresso na classe de Titular, foram reunidos os demais requisitos legais para o seu recebimento;

c) De imediato, determinar que, a partir do momento em que a UFMG tenha ciência da sentença, seja reestabelecido o abono permanência daqueles professores que estavam em gozo da vantagem e a tiverem cerceada quando passaram a Titular.

A Juíza deixou de apreciar o pedido de dispensa do estágio probatório porque, em consequência da demora no julgamento, decorridos mais de quatro anos desde o início da vigência da Lei 12.772/2012, todos os professores que alcançaram a classe de Titular por meio de concurso já cumpriram o estágio.

Desta decisão, o Sindicato opôs Embargos de Declaração para aperfeiçoar a sentença em relação à legalidade e legitimidade da APUBH em representar todos os docentes.

Por fim, importante destacar que após a apreciação dos Embargos de Declaração, ainda cabe recurso, que, caso interposto, será apreciado pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Geraldo Marcos & Advogados Associados.

JURÍDICO IV



Lucas Daian

PODER EXECUTIVO FEDERAL EDITA MEDIDA PROVISÓRIA QUE INSTITUI PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO (PDV).*

No dia 27 de julho de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 792, que trata, além do PDV no âmbito do Poder Executivo Federal, da jornada de trabalho reduzida com redução proporcional da remuneração e da licença sem remuneração.

A MP é destinada aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, segundo se extrai do disposto nos seus artigos 3º, 8º e 13º.

Sua validade é de 60 dias, prorrogáveis por igual período, a contar da data de sua publicação, após o qual, ela, se não convertida em lei, perderá a sua eficácia.

Quanto ao PDV, o Poder Executivo está propondo uma abertura a cada exercício, mediante o pagamento de uma indenização correspondente a 125% da remuneração mensal do servidor aderente, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício ou fração de ano.

Frisa-se que os períodos para adesão ao PDV, os critérios de adesão (tais como a escolha de órgãos, idade, cidades, cargos e carreiras), a forma de pagamento das indenizações a cada exercício, se de uma só vez ou em parcelas e ainda o prazo máximo para quitação não estão previstos na MP, eis que somente serão definidos pelo Ministério do Planejamento.

Os únicos valores cujos pagamentos estão assegurados na MP em parcela única são: I) os passivos correspondentes a eventuais créditos legalmente constituídos a título de exercícios anteriores e II) as férias e a gratificação natalina proporcionais a que tiver direito o servidor aderente.

De acordo com a MP, a adesão ao PDV está vedada aos servidores que: "I - estejam em estágio probatório; II - tenham cumprido os requisitos legais para aposentadoria; III - tenham se aposentado em cargo ou função pública e reingressado em cargo público inacumulável; IV - na data de abertura do processo de adesão ao PDV, estejam habilitados em concurso público para ingresso em cargo público federal, dentro das vagas oferecidas no certame; V - tenham sido condenados a perda do cargo em decisão judicial transitada em julgado; VI - estejam afastados em virtude do impedimento de que trata o inciso I do caput do art. 229 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, exceto quando a decisão criminal transitada em julgado não determinar a perda do cargo; e VII - estejam afastados em virtude de licença por acidente em serviço ou para tratamento de saúde quando acometidos de doença especificada no § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 1990." (parágrafo 2º do art. 2º)

Para os servidores que pretenderem aderir ao PDV, a adesão importará no rompimento do vínculo funcional com a administração pública federal, e, consequentemente, na perda dos direitos previdenciários, tais como a integralidade e a paridade, ainda que ingressem novamente na administração pública federal.

Na hipótese de reingresso, o art. 5º da MP diz que "o tempo de efetivo exercício no serviço público considerado para apuração do incentivo, não poderá ser reutilizado para o mesmo fim ou para a concessão de qualquer benefício ou vantagem sob o mesmo título ou fundamento idêntico."

Já aquele servidor que aderir ao PDV e for para iniciativa privada poderá ter o seu tempo de contribuição no serviço público computado para fins de aposentadoria e pensão, mas desde que a lei assim preveja (art. 23). De qualquer forma, os benefícios que venham a ser pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS) estarão limitados ao teto que, atualmente, é de R$ 5.531,31.
A MP também faculta aos servidores, que não estejam sujeitos à duração de trabalho diferenciada estabelecida em leis especiais e desde que haja interesse público, optarem pela redução de jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 semanais para 6 ou 4 horas diárias e 30 ou 20 horas semanais, respectivamente, mediante redução proporcional da remuneração. Será igualmente proporcionalizada, a participação do órgão ou da entidade pública no custeio de plano de entidade fechada de previdência privada e no custeio de plano de saúde (art. 22, § 3º).

A esses servidores será ofertado o pagamento de um adicional correspondente a meia hora diária. Mas à semelhança do PDV, a MP não prevê a forma de cálculo e o período de pagamento deste adicional, o que dependerá de ato do Ministério do Planejamento.

Outro dito incentivo à redução da jornada diz respeito à possibilidade do servidor "exercer outra atividade, pública ou privada, desde que não configure situações potencialmente causadoras de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, e haja compatibilidade de horário com o exercício do cargo"(art. 12). Este também poderá administrar empresa e participar de gerência, administração ou de conselhos fiscal ou de administração de sociedades empresariais ou simples, hipótese em que não se aplica o disposto no inciso X do caput do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

Outra possibilidade instituída pela MP é a licença incentivada sem remuneração para o servidor público que já foi aprovado em estágio probatório. Nesse caso, o servidor receberá um valor correspondente a três vezes seu salário para tirar uma licença não remunerada de três anos, prorrogáveis, por igual período.

Tal licença não será concedida ao servidor que esteja "I - acusado em sindicância ou processo administrativo disciplinar até o seu julgamento final e o cumprimento da penalidade, se for o caso; ou II - que esteja efetuando reposições e indenizações ao erário, enquanto não for comprovada a quitação total do débito; ou III - que se encontrem regularmente licenciados ou afastados, ou àqueles que retornarem antes de decorrido o restante do prazo estabelecido no ato de concessão da licença para tratar de interesses particulares".(art. 14)

E, da mesma forma, o Ministério do Planejamento é que determinará os períodos de concessão da licença incentivada e a forma de seu pagamento.

Por fim, importante informar que, para fins de cálculo da indenização relativa ao PDV e também do dito incentivo da licença sem remuneração, estão excluídas as seguintes vantagens: "I - o adicional pela prestação de serviço extraordinário; II - o adicional noturno; III - o adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas; IV - o adicional de irradiação ionizante e a gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas; V - o adicional de férias; VI - a gratificação natalina; VII - o salário-família; VIII - o auxílio-funeral; IX - o auxílio-natalidade; X - o auxílio-alimentação; XI - o auxílio-transporte; XII - o auxílio pré-escolar; XIII - as indenizações; XIV - as diárias; XV - a ajuda de custo em razão de mudança de sede; XVI - o auxílio-moradia. a retribuição pelo exercício de função ou cargo de direção, chefia ou assessoramento e XVII - a retribuição pelo exercício de função ou cargo de direção, chefia ou assessoramento. (parágrafos 1º e 2º do art. 18)

Da mesma forma e ainda de acordo com a MP, "a indenização do PDV e o incentivo da licença sem remuneração: I - não estarão sujeitos à incidência de contribuição para o regime próprio de previdência do servidor público nem para o regime de previdência complementar dos servidores públicos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; II - não estarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda." (art. 19)

APUBH RESISTE EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Sindicato participa de ações para barrar os efeitos dos cortes e do contingenciamento de gastos.

Os cortes e contingenciamentos de gastos que vêm sendo realizados pelo Governo Federal afetam áreas fundamentais para o desenvolvimento do Brasil, como é o caso da educação pública. O financiamento do setor foi atingido pela retirada do Plano Nacional de Educação (PNE) da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que coloca em risco o seu pleno funcionamento. "As universidades estão ficando sucateadas, sem verba de custeio para pagar as contas de manutenção básica de funcionamento adequado de suas atividades diárias e sem verbas para investimentos", avalia o professor José de Siqueira Neto, diretor da APUBH.

Atenta a este quadro, a APUBH resiste em defesa do Ensino Público no país. O sindicato atua em sintonia com outras entidades, propondo ações de enfrentamento ao desmonte dos setores de educação e de ciência, tecnologia e inovação e aos ataques ao funcionalismo público.

XIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

A APUBH esteve presente no XIII Encontro Nacional do PROIFES-Federação, representada pelos professores Dalton Rocha e José de Siqueira Neto. O encontro aconteceu entre os dias 26 e 29 de julho, na sede do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Sindical), em Porto Alegre/RS. No evento, foram abordados os temas: conjuntura nacional e as perspectivas do movimento sindical; os desafios do movimento docente; campanha salarial, carreiras e assuntos de aposentadoria; Plano Nacional de Educação, CONAE 2018 e o financiamento da educação; e os impactos das reformas do Estado na Educação Brasileira. Os professores participaram ativamente das mesas e debates, inclusive como convidados da reunião do Conselho de Diretores, onde foi a defesa da participação efetiva das instituições na CONAPE 2018.

Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) 2018

Sindicatos, movimentos sociais e entidades educacionais organizam, através do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) 2018, prevista para ser realizada de 26 a 28 de abril, em Belo Horizonte. A iniciativa ocorre em resposta à medida do Governo Federal que, em abril deste ano, realizou a retirada deliberada de entidades do Fórum Nacional de Educação (FNE) e a desconstrução do calendário da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2018.

De acordo com o Manifesto do CONAPE 2018, "esta Conferência Nacional Popular de Educação é uma convocação à retomada da democracia no país e das vozes da sociedade civil organizada por meio dos movimentos sociais e das entidades educacionais; uma reafirmação do compromisso com uma educação verdadeiramente transformadora".

Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG)

A professora Rosângela Carrusca, vice-secretária-geral da APUBH, representa o sindicato no Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG). O sindicato tem debatido, juntamente com outras entidades educacionais, ações em relação aos impactos das reformas na Educação, como a realização da CONAPE 2018.



Acervo Pessoal

A 69ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC NA UFMG

Leidivan Almeida Frazão
UFMG - Instituto de Ciências Agrárias
Diretoria de Ciência e Tecnologia da APUBH

A 69ª edição da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ocorreu entre os dias 16 e 22 de julho de 2017 na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte. O evento não só teve como objetivo difundir os avanços da ciência em diversas áreas do conhecimento, mas também promoveu um debate sobre políticas públicas relacionadas à Ciência e Tecnologia no Brasil.

Uma das temáticas mais abordadas durante a reunião da SBPC foram os cortes dos investimentos na educação, ciência e tecnologia. Já na abertura do evento, foi destacada a importância da ciência como um dos pilares para o desenvolvimento do país e a necessidade da retomada dos investimentos nas pesquisas. Sem dúvida, o estrangulamento dos recursos destinados à CT&I e às universidades provocou um colapso e ameaça o crescimento e o desenvolvimento da ciência no Brasil.

Foi nesse contexto que discursos em prol da educação, ciência e tecnologia ganharam reforço durante o evento. A mesa de debate "As universidades e os professores diante da crise brasileira" precedeu a inauguração de um tesourômetro na UFMG, como parte da campanha "Conhecimento sem Cortes". Autoridades, representantes de associações e sindicatos, além de estudantes e professores de diversas instituições, participaram da inauguração do "Tesourômetro" na UFMG, como forma de protesto à atual crise instaurada e de reivindicação para a retomada dos investimentos em CT&I e Educação.

Dois momentos, durante o evento, merecem ser destacados: a moção pela volta do MCTI, no transcorrer da assembléia dos sócios da SBPC, e a exigência da regulamentação do marco legal da CT&I e da emenda 85, proposta na mesa "Novo Marco Legal da CT&I".

Ressalta-se que a Apubh teve importante participação durante a Reunião Anual da SBPC, com representação em cerimônias, mesas, debates e exposições e com a montagem de estande na EXPOT&C para visitação de sócios e do público em geral. O espaço foi criado para acolher os professores e oportunizar uma discussão dos diversos assuntos de interesses da categoria. Essa iniciativa foi um sucesso, contando com grande número de professores da UFMG e de outras instituições.

Certamente a 69ª Reunião Anual da SBPC deixou um marco na história da UFMG, que neste ano comemora seus 90 anos. A programação extensa e diversificada – com debates, palestras, oficinas, conferências, mostras de divulgação científica e exposições – contribuiu para a participação de mais de 15 mil pessoas ao longo de uma semana de evento. Vale destacar que a qualidade da programação e o engajamento da comunidade acadêmica da UFMG foram primordiais para o sucesso do evento.



Divulgação/CNPq

"EDUCAÇÃO E CIÊNCIA SÃO VALORES DE UMA NAÇÃO AVANÇADA E CONDIÇÕES PARA A GERAÇÃO DE RIQUEZA NO PAÍS"

Em entrevista ao Jornal da Apubh, o presidente do CNPq, Mario Neto Borges, fala sobre o contingenciamento de recursos da agência.

44% do orçamento previsto para 2017 foi contingenciado pelo Governo Federal. O previsto era a liberação de 1,3 bilhão de reais para fomento das atividades da agência neste ano. Desde 2015, tem-se reduzido a verba do setor de pesquisa e inovação no país.

Qual é a real situação do CNPq nesse contexto de cortes de verbas e investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia?

O orçamento do CNPq, conforme aprovado pelo Congresso Nacional, garante todas as atividades de fomento e bolsas previstas para o ano de 2017. A questão que se coloca é o contingenciamento de 44% para todos os ministérios, que atinge também o CNPq. De forma que, para fechar o ano, o CNPq precisa da liberação dos contingenciamentos.

Haverá cortes de bolsas do CNPq para a iniciação à ciência, a graduação e a pós- graduação?

Na semana anterior, em reunião com o ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações de Temer, Gilberto Kassab, este assegurou a liberação de recursos que garantem a normalidade do pagamento das bolsas até setembro. O ministro está em confiante que vai sensibilizar a área econômica do Governo para liberação dos recursos adicionais para fechar o ano.

E quanto às bolsas de pesquisa de

docentes?

Da mesma forma.

Como o corte de bolsas e de investimento em ciência e tecnologia prejudica a universidade pública?

O corte de bolsas e investimentos, que



Divulgação/CNPq

esperamos não ocorra, prejudica a universidade pública, que, no Brasil, é o locus da pesquisa mais avançada do país, assim como o local que forma os pesquisadores e cientistas.

E como prejudica o país?

O não avanço da ciência, tecnologia e inovação, resultante desses investimentos, além de impedir a produção de conhecimentos – tão importante para uma Nação avançada – emperra a produtividade do País e impede a geração de riquezas tão necessária para o desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Qual é a saída viável para enfrentar a crise da ciência e da educação brasileira?

Por um lado, assegurar que os recursos previstos no Orçamento do Tesouro e do FNDCT não sejam contingenciados, e, por outro, buscar novas fontes públicas e privadas para que os investimentos em CT&I no Brasil atinjam 2% do PIB (hoje eles estão pouco mais de 1%). É importante, também, que a sociedade e os políticos entendam que esses dois pilares – educação e ciência – são valores de uma nação avançada e condições para a geração de riqueza no País.



Mark Florest / Sinpro Minas

DIRETORAS DA APUBH RECEBEM MEDALHA CLARA ZETKIN

Medalha é concedida pelo Sinpro Minas, em homenagem ao protagonismo de mulheres que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária

Anualmente, o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro Minas) realiza a entrega da medalha Clara Zetkin, em homenagem ao protagonismo de mulheres que, com sua luta, contribuem para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste ano, a comenda foi concedida a doze mulheres de diferentes segmentos, em cerimônia realizada no dia 15 de setembro, na sede da entidade.

As professoras Rosangela Carrusca Alvim e Otávia Fernandes de Souza Rodrigues, diretoras da APUBH, estão entre as homenageadas da noite. "Eu estou muito emocionada por ter recebido esta homenagem", comenta a professora Carrusca. "Essa é uma justa homenagem às mulheres que estão presentes nas lutas. Nós temos que continuar na luta".

Este é o quinto ano de entrega da medalha, que leva o nome da revolucionária alemã Clara Zetkin (1857-1933), célebre ativista pelos direitos das mulheres e uma das fundadores e dirigentes do Socorro Vermelho Internacional. Zetkin é conhecida por ter sido a idealizadora da criação do Dia Internacional da Mulher. O evento contou, ainda, com o lançamento da revista de gênero "Elas por Elas", publicada pelo Sinpro Minas.

APUBH RECEBE PROFESSORES NA VOLTA ÀS AULAS

Sindicato montou estandes nas unidades, nos campi Pampulha e Saúde, para receber os professores.

Um espaço para conversar e tomar um cafezinho. Assim, a Apubh recebeu os professores na volta às aulas, no 2º semestre letivo deste ano. O sindicato montou estandes nas entradas das unidades, nos campi Pampulha e Saúde, ao longo do mês de agosto e no início de setembro. Aqueles que passaram pelos estandes puderam, além de conferir informações sobre a Apubh, deixar sugestões para as próximas ações.



Acervo Apubh

POSICIONAMENTO DA APUBH NAS ELEIÇÕES PARA O REITORADO DA UFMG

Nos dias 08 e 09 de novembro de 2017, em 1º turno, será realizada consulta à comunidade universitária para escolha do novo reitorado da UFMG.

O Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH), a exemplo dos outros anos, reitera o seu posicionamento de neutralidade em relação às chapas, por compreender que sua função não é a de servir como meio de ascensão ao poder dentro da Universidade.

A APUBH entende que seu papel nesse processo é o de esclarecer os docentes sobre as propostas das diferentes chapas, por meio da realização de debate entre os candidatos e da discussão dos problemas e das necessidades da comunidade universitária. Após o convite às chapas, a APUBH divulgará a data do debate.

Estão sendo veiculadas também três edições do Programa Interconexão Brasil com as chapas concorrentes.
Desta forma, o sindicato cumprirá a sua missão de informar seus filiados para que façam opção pela chapa, cuja proposta atenda melhor às suas expectativas e às da Universidade.

Diretoria da APUBH

TESOURÔMETRO: PAINEL NA UFMG ALERTA PARA CORTE DE INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Painel faz parte da Campanha Conhecimento sem Cortes e mostra o montante da perda de recursos.



Acervo Apubh

Tesourômetro foi inaugurado na entrada da UFMG, na Av. Antônio Carlos.

134 reais por segundo, 8.040 reais por minuto, 482 mil reais por hora. Esse é o valor que deixa de ser investido pelo Governo Federal nas áreas de educação, ciência e tecnologia. O montante já chega a 12 bilhões de reais, considerando as perdas desde 2015. Denunciar essa perda é o objetivo do Tesourômetro, painel inaugurado no dia 18 de julho, no campus Pampulha da UFMG, com ampla cobertura da imprensa mineira. A ação faz parte da Campanha Conhecimento sem Cortes, iniciativa liderada por quatro entidades sindicais – Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj), Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (Apubh), Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb) e Sindicato dos Trabalhadores do Instituto Federal do Rio de Janeiro (Sintifrj).

Esse painel faz também uma chamada para que a população assine uma petição on-line no site: www.conhecimentosemcortes.org.br. Essa petição faz as seguintes exigências ao Governo Federal: "garantia do pleno funcionamento das universidades públicas e dos institutos de pesquisas; garantia da continuidade de bolsas de estudo e políticas de permanência para estudantes nas universidades, especialmente cotistas; retomada de investimentos em ciência, tecnologia e pesquisa nos mesmos patamares de 2014; retirada de Educação e Saúde do teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95". Até o final do mês de agosto, a Campanha já havia levantado 80 mil assinaturas. A proposta é usar a petição para pressionar a Câmara Federal a realizar uma audiência pública sobre os cortes dos investimentos em educação, ciência e tecnologia.

Estiveram presentes ao lançamento do Tesourômetro os diretores da APUBH, Giovane Azevedo, José Antônio de Miranda, José de Siqueira, Leidivan Frazão e Débora Torres, a presidente da ADUFRJ, Tatiana Roque, o vice-presidente da SBPC, Ildeu Moreira, e docentes e estudantes de graduação e pós-graduação da UFMG e outras instituições que participaram da 69ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O Tesourômetro da UFMG é o segundo do país. O primeiro foi inaugurado no dia 22 de junho, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o terceiro no dia 09 de agosto, na Universidade de Brasília. Para cálculo das perdas, os idealizadores da Campanha consideram as verbas das universidades federais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

ESTANDE DA APUBH ATRAI O PÚBLICO DA EXPOT&C

Participantes se inteiraram das ações realizadas em 2017, tiveram acesso a publicações e se informaram sobre a Campanha Conhecimento Sem Cortes.



Acervo Apubh

"Um espaço interativo que proporciona aos estudantes, aos professores e a toda a comunidade científica a oportunidade de interagir e conhecer diversas atuações da ciência e da tecnologia, de forma bem-dinâmica", comentou o professor Rodrigo Gontijo, da Faculdade de Medicina da UFMG, sobre a 69ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Nessa edição, a reunião contou, pela primeira vez, com um estande da APUBH na EXPOT&C, local que abriga a exposição da produção científica e tecnológica de agências de fomento à pesquisa, de instituições de ensino e de entidades governamentais. Passaram pelo estande professores de diversas instituições federais e estaduais de ensino que participaram da reunião da SBPC.

No espaço, os participantes puderam se inteirar das ações realizadas pelo sindicato em 2017, como as ações de conscientização e mobilização contra as Reformas da Previdência e Trabalhista e da assistência jurídica em defesa dos direitos dos professores. Eles também tiveram acesso às publicações recentes da Apubh, incluindo o Jornal da Apubh e a Revista Caminhos.

O professor Douglas Schmidt, da Universidade de São Paulo (USP), foi um dos visitantes da EXPOT&C a passar pelo estande da Apubh. Ele teve a oportunidade de conhecer a bolsista de pesquisa Keren Nicolina, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), e o estudante Wilson Marinho Soares, de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Acre (UFAC). Em momento de interação no local, eles se informaram e conversaram sobre os efeitos da redução de investimentos nas áreas de ciência e tecnologia.

"É muito complicado, é uma judiação o que está acontecendo com a educação brasileira e com o setor de ciência e tecnologia, os dois setores mais atingidos", lamenta o professor. "O país para crescer precisa, justamente, ter esses setores bem-fortalecidos".

Assim como eles, aqueles que passaram pelo estande puderam se informar sobre a Campanha Conhecimento Sem Cortes e assinar a petição que se opõe aos cortes de recursos do setor de ensino e pesquisa, causados pelo congelamento de gastos promovido pelo Governo Federal. Além disso, pode acompanhar o Tesourômetro, contador que registra em tempo real o corte no orçamento das universidades públicas e da ciência e tecnologia.

"NÃO VAI HAVER CORTES DE BOLSAS", GARANTE DIRETORA DO CNPQ

Afirmativa foi feita em palestra sobre recursos do CNPq, promovida pela APUBH.



Adriana Tonini, diretora do CNPq, tirou dúvidas de professores, pesquisadores e estudantes.

Professores, pesquisadores e estudantes assistiram à palestra "Desafios e possibilidades do fomento à Pesquisa e o papel do CNPq no contexto atual", ministrada pela Dra. Adriana Maria Tonini, diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do CNPq, no dia 11 de agosto, no Auditório Principal da Escola de Engenharia, no campus Pampulha da UFMG. O evento foi promovido pela Apubh, com o objetivo de esclarecer como o contingenciamento de gastos, que vem sendo realizado pelo Governo Federal, afeta o órgão e, conseqüentemente, o setor de pesquisa do país.

"Tem algum bolsista aqui? Vocês estão preocupados, não é? Podem ficar tranqüilos: não vai haver cortes de bolsas. Esse é o principal que precisa ser dito", esclareceu a palestrante. De acordo com ela, a política de controle de gastos afetou todos os ministérios, o que causou impacto no CNPq, que é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Contudo, ainda segundo a professora, a diretoria do órgão trabalha para adequar as suas finanças, de modo a não prejudicar as bolsas em vigor. "Nós fizemos ajustes, mas cortes eu posso garantir que não".

Tonini explicou que o planejamento do CNPq vem sendo feito em períodos de curta duração, adaptando-se às condições financeiras do período. Sobre as negociações, ela chamou atenção para o trabalho realizado pelo presidente do CNPq, Mario Neto Borges, e pelas sociedades científicas de todo o país, que vêm se mobilizando e lutando pelo setor de pesquisas.

O presidente da Apubh, professor Carlos Barreira Martinez, finalizou o encontro agradecendo a participação da palestrante e de todos os presentes. Ele reforçou a importância de momentos como esse, que garantem informações seguras para um tema fundamental para a comunidade acadêmica.

"Foi muito bom que vocês fizessem essas intervenções e tirassem as dúvidas. O medo pelo que pode acontecer é natural. As notícias correm muito facilmente hoje pelas redes sociais, e a gente fica muito instável", pontuou o professor, referindo-se especialmente aos pesquisadores e estudantes presentes. "Sem vocês, nós não temos sentido de existir dentro desta Universidade. Essa instituição vive pelo futuro, e vocês são o futuro".

NOTA SOBRE RECOMPOSIÇÃO SALARIAL
CONTRACHEQUE DE SETEMBRO



Os docentes do Magistério Público Federal receberão em seu contracheque de setembro, referente a agosto de 2017, a primeira parcela da recomposição da carreira, cláusula nona do Termo de Acordo n° 19/2015, assinado pelo governo e pelas entidades representativas dos professores. Esse acordo transformou-se na lei 13.325/2016.

Em 2019, ano de pagamento da terceira parcela da recomposição, os parâmetros entre as carreiras, regimes de trabalho, classes, titulação e níveis do Magistério Federal serão os seguintes:

a) Entre regimes de trabalho:

- Valor do VB do regime de 40 horas será 40% superior ao valor do VB do regime de 20 horas; e
- Valor do VB do regime de Dedicação Exclusiva (DE) será de 100% superior ao valor do VB do regime de 20 horas.

b) Entre classes:

- Valor do VB será 5,5% superior entre as classes A/DI – nível 2 e as classes B/DII – nível 1;
- Valor do VB será 5,5% superior entre as classes B/DII – nível 2 e as classes C/DIII – nível 1;
- Valor do VB será 25% superior entre as classes C/DIII – nível 4 e as classes D/DIV – nível 1; e
- Valor do VB será 10% superior entre as classes D/DIV – nível 4 e a classe Titular – nível 1.

c) Entre níveis:

- VB, classes A/DI e B/DII – nível 2 será 5% superior ao nível 1; e
- VB, classes C/DIII e D/DIV – níveis 2, 3 e 4 serão, respectivamente, 4% superiores ao nível imediatamente anterior.

d) Entre VB, RT e Regime de Trabalho: (Veja na tabela abaixo).

Os Valores acima se referem à porcentagem (%) da RT. A identificação do aumento é feita através da soma do VB (Valor Básico) e da RT (Retribuição por Titulação). O resultado deve aumentar a cada pagamento da parcela da reestruturação. Ressalta-se que a nova estrutura foi desenvolvida a partir dos critérios definidos no acordo salarial de 2012 (Lei nº 12.772/2012).

Obs.: Redigido com informações do PROIFES

	Aperfeiçoa-mento	Especialista ou Graduação + RSC-I	Mestrado ou Especialista + RSC- II	Doutorado ou Mestrado + RSC-III
Dedicação Exclusiva	10%	20%	50%	115%
40 horas	7,5%	15%	37,5%	86,25%
20 horas	5,0%	10%	25%	57,5%

Edição Outubro . 2017

40 anos APUBH
Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco

ESPECIAL
Eleições Reitoria da UFMG



CONHEÇA AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS À REITORIA DA UNIVERSIDADE

ENTREVISTAS:
CHAPA 1,
CHAPA 2 E
CHAPA 3

ACOMPANHE AS NOSSAS ATIVIDADES.

Rua Artur Itabirano, 70 . São José / Pampulha . BH
(31) 3441-7211 / www.apubh.org.br

40 anos APUBH

EDITORIAL

As Universidades estão à beira de um processo de privatização, que se anuncia gradativamente, com escassez e contingenciamento de recursos. Fica comprometida a qualidade de seu Ensino e de suas atividades de Extensão, isso sem falar no descaso com que a área da Pesquisa, Ciência e Tecnologia são tratadas, caracterizando a falta de importância que o atual governo tem dispensado para com o setor, mundialmente reconhecido como um dos pilares da soberania de um país.

A ciência brasileira está deixando de receber por conta dos cortes orçamentários aplicados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e às Universidades Federais neste ano, quase **R$ 500 mil por hora no Brasil.**

Segundo estudos recentes, esse prejuízo é de R$ 8 mil por minuto ou quase R$ 12 milhões por dia, aproximadamente.

Caso persista essa redução orçamentária, **a rede de Ensino Superior Público Federal pode enfrentar uma crise profunda,** capaz de ameaçar a estabilidade administrativa e a qualidade acadêmica. Nossas instituições terão grandes dificuldades na **manutenção regular** e adequada de **sua infraestrutura e das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão**, além de limitar a adoção de boas políticas de inclusão e assistência aos estudantes.

Nesse contexto, ocorre a eleição para o próximo Reitorado da UFMG. Nossa comunidade universitária precisa participar das discussões que antecedem o pleito, para escolher quem vai estar à frente de uma das maiores universidades do país. A Educação pública sofreu um grande golpe com a PEC 55/2016, que rebaixa e congela o investimento na área, bem como os nossos salários que vêm sofrendo vários períodos de congelamento. Compromete-se também a garantia do acesso e da permanência dos estudantes das áreas sócio-econômicas mais desfavorecidas. Enfim, arrisca-se perder a autonomia universitária e a garantia de que as Universidades Brasileiras continuem sendo Públicas Gratuitas e de Qualidade.

A APUBH, através desse documento, convoca os professores para a necessária reflexão, participação e tomada de posição nesse processo. Com a voz os candidatos...

A Diretoria da APUBH



CHAPA 1



Foca Lisboa

RENATO DE LIMA SANTOS

Médico Veterinário, Mestre (UFMG); PhD (Texas A&M Univ.), pós-doutorado (UC-Davis) e livre-docente (UNESP). Aperfeiçoamento (Institut Pasteur – Paris). Professor titular e Bolsista 1A do CNPq. Pró-Reitor de Pesquisa UFMG (2010-2014), atual Diretor da Escola de Veterinária da UFMG.



Foca Lisboa

CARMELA MARIA POLITO BRAGA

Engenheira, Mestre e Doutora em Eng. Elétrica (UFMG), Dout. Sanduiche (Eng. Science–Oxford Univ.-UK). Engenheira de projetos (P. Abib Eng.). Profa. Associada IV (EEUFMG). Pró-reitora Adj. Graduação UFMG (2005-10). Coordenadora colegiado curso Eng. Controle e Automação (2002-04, 2017).

APRESENTAÇÃO DA CHAPA

A Chapa 1 - UFMG Em Foco - é pautada pela convicção de que é preciso fortalecer a missão da Universidade de transformar as pessoas e a sociedade. Acreditamos na importância de renovação do reitorado e nos comprometemos com a oferta de novas perspectivas para a geração e disseminação do conhecimento, baseadas na busca pela excelência e pela inovação, no respeito à diversidade e à pluralidade e na construção conjunta. Propomos diálogo permanente e ampliação de oportunidades para a consolidação de um processo participativo que contribua para o desenvolvimento de uma comunidade acadêmica democrática, inclusiva, autônoma, empreendedora e cidadã.

Se eleito para o cargo de Reitor, como você pretende trabalhar o problema do contingenciamento de recursos?

A crise não pode nos paralisar e tão pouco nos mover, ou seja, a gestão superior da UFMG não pode simplesmente ficar responsiva à crise. É muito importante que a Universidade consiga manter o foco em suas ações e políticas estratégicas, mesmo em tempos de adversidade. O papel do Reitor no atual cenário é o de buscar todos os meios disponíveis e possíveis para a concretização de projetos institucionais, principalmente, pela busca incansável de recursos extra-orçamentários para a viabilização dos projetos prioritários da UFMG. Tal atividade tem sido desenvolvida com

desenvoltura, de maneira transparente e ética, por dirigentes de várias instituições públicas de ensino superior e, em nossa gestão, a UFMG estará mobilizada, com base em sua relevância e peso político, para a busca de alternativas visando a preservação da normalidade de nossas atividades e investimentos.

Como pretendem trabalhar o relacionamento da Reitoria com os diversos segmentos da Universidade e seus respectivos sindicatos, associações e representações?

A administração central da UFMG deve ser sensível a todas as organizações de representação de classe, particularmente aos sindicatos que atuam na própria universidade. Coordenadores dos sindicatos, dirigentes do DCE e diretores de unidades acadêmicas serão bem acolhidos a qualquer tempo no terceiro andar do prédio da Reitoria. Nossa visão de gestão para a UFMG está centrada em considerar a missão acadêmica da Universidade nos processos decisórios da gestão. Contudo, tal missão somente pode ser desenvolvida com êxito, se possuirmos um conjunto de servidores motivados e institucionalmente comprometidos. Assim, a interlocução permanente e qualificada com os sindicatos, associações e demais fóruns de representação está associada à nossa missão.

Recentemente, a saúde mental de docentes, alunos e servidores técnico-administrativos tem gerado uma grande discussão na comunidade universitária, com repercussão na sociedade em geral. O que vocês pretendem fazer para enfrentar o problema?

Situações de sofrimento psicológico têm ganhado crescente visibilidade em nossa comunidade, sendo atualmente uma questão de grande relevância. A UFMG deverá aprimorar e expandir os mecanismos de acolhimento e encaminhamento das pessoas em situação de sofrimento psicológico. Outra linha de atuação muito importante é a orientação e preparo dos servidores docentes e técnico-administrativos que lidam diretamente com os estudantes para abordagens adequadas nessas situações, uma vez que, por melhor que sejam as intenções, uma palavra inadequada colocada pelo docente ou técnico pode precipitar consequências negativas para a pessoa em condição de fragilidade psicológica. Acreditamos, ainda, que ações mais proativas para promover a interação entre os estudantes, por exemplo, atividades esportivas, entre outras, podem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos discentes de nossa comunidade. Essas e outras ações, que apresentamos em nosso programa, estão vinculadas ao fortalecimento das políticas estudantis.

Qual a sua proposta de ação para a gestão ética do sistema de cotas para ingresso na universidade?

Recentemente, a UFMG teve ampla visibilidade negativa na mídia em decorrência de desvios na aplicação do sistema de cotas. Embora nos episódios recentes tenha ficado clara a responsabilidade de ingressantes que realizaram indevidamente suas auto-declarações, a UFMG tem a responsabilidade de fazer com que o sistema de cotas atenda às premissas das políticas de ações afirmativas. Assim, é fundamental que o público-alvo e somente este, seja atendido pelo sistema de cotas. Na nossa gestão buscaremos o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de aferição de aderência do candidato ao sistema de cotas, buscando máxima objetividade, sempre em alinhamento com as diretrizes do MEC, mas o cuidado de não estimular a instauração de um tribunal racial.

Existe um problema recorrente em relação à segurança do e nos campi da UFMG, como você enxerga esta questão?

A UFMG, em todos os seus espaços, está inserida em um contexto social complexo e que tem sofrido pela degradação das condições sociais e, consequentemente, de segurança pública. Tal situação reflete nas condições de segurança da Universidade. Precisamos expandir o uso de recursos tecnológicos de vigilância e de segurança, investir no treinamento do pessoal de segurança da própria UFMG, manter permanente diálogo com autoridades do Estado e dos municípios, nos

quais a UFMG está presente, para ações que melhorem a segurança no entorno dos campi e demais espaços da UFMG, além, é claro, de medidas triviais, como a adequada manutenção da iluminação dos campi. Acreditamos, também, que o investimento em uma dinâmica de vida acadêmica e cultural ativa em todos os turnos de funcionamento dos campi contribui para um ambiente mais seguro.

Como vocês pretendem realinhar a política de recursos humanos na universidade, especialmente, para evitar a quantidade de demandas judiciais (progressões estagnadas, suspensões de adicionais de insalubridade, cobranças indevidas aos inativos)?

Trataremos de prevenir demandas judiciais no âmbito de questões que estão na governança da UFMG, pelo aprimoramento de procedimentos e normativas internas que disciplinam a progressão do servidor, dentre outras questões que impactam os direitos de nossos servidores. Contudo, em alguns casos, como na preocupante situação de suspensão dos adicionais de insalubridade, é fundamental que a UFMG resgate seu protagonismo junto a Andifes, dentre outras instâncias, para a busca de avanços na legislação visando a adequação à realidade do exercício profissional em nossa instituição.

Quais serão as ações para valorizar o ensino, pilar central da Universidade, já que envolve todos os seus segmentos?

A UFMG tem grande tradição no ensino em todos os níveis. Nosso programa de trabalho prevê ações que visam o avanço, principalmente qualitativo, de todos os níveis de ensino na UFMG, incluindo o ensino fundamental no Centro Pedagógico, ensino técnico no Coltec e Teatro Universitário, nossos diversos cursos de graduação, que materializam o compromisso fundamental da UFMG com a transformação das pessoas e, também nossos programas de pós-graduação. Dentre as diversas iniciativas, algumas são particularmente relevantes, como uma adequada política de acolhimento acadêmico dos novos docentes, criação de condições para que o aluno do noturno tenha vivência acadêmica equivalente ao aluno do turno diurno, avaliação qualitativa dos cursos criados no âmbito do programa Reuni, visando maximizar o aproveitamento acadêmico dos alunos e mitigar retenção e evasão, dentre várias outras ações. Acreditamos que podemos incentivar e investir em novas abordagens de ensino, que favoreçam o protagonismo dos estudantes na construção da sua formação.

Por que a sua chapa é a melhor opção para a reitoria da UFMG?

Nossa chapa se sustenta no apoio e colaboração de centenas de pessoas, de todos os três segmentos de nossa comunidade e de todas as unidades acadêmicas da UFMG. Esse grupo foi constituído, e tem se expandido, buscando refletir a diversidade de nossa comunidade. A UFMG é um processo de construção contínua e coletiva, não sendo adequado que qualquer um de nós se aproprie do mérito que é coletivo. Nossa chapa tem complementaridade de experiências acadêmicas e administrativas entre os candidatos a Reitor e Vice-Reitora. Nossas experiências de gestão acadêmica, tanto na administração central quanto na gestão de uma unidade acadêmica da UFMG, nos credenciam a apresentar uma proposta que volte a colocar a missão da Universidade como o norteador das ações de gestão da Reitoria.

CHAPA 2



Divulgação: Chapa 2

SANDRA GOULART ALMEIDA

Professora Titular da Faculdade de Letras e pesquisadora do CNPq. Formada em Letras pela UFMG, com mestrado e doutoradopela Universidade da Carolina do Norte e pós-doutorado pela Universidade Columbia. Foi Diretora de Relações Internacionais da UFMG, atuou na CAPES e é Vice-Reitora da UFMG.



Divulgação: Chapa 2

ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA

Professor Associado da Escola de Engenharia da UFMG. Graduado em Engenharia Elétrica pela UFMG, com mestrado pela mesma instituição e doutorado pela Universidade de Wisconsin-Madison. Coordena o Programa de Inovação para Educação em Engenharia. É Diretor da Escola de Engenharia.

APRESENTAÇÃO DA CHAPA

Amplo conhecimento da estrutura e dos desafios da UFMG; sólido entendimento sobre os sistemas de ensino superior e pesquisa e suas formas de financiamento; franco diálogo institucional - construído nos anos dedicados às diferentes esferas acadêmicas e de administração da Universidade e fora dela–nos credenciam a enfrentar as adversidades que nos aguardam neste momento crítico o qual o país atravessa. Nossa candidatura representa os muitos servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes da UFMG que acreditam numa Universidade pública e diversa – de qualidade e relevância – comomeio imprescindível para a construção de uma sociedade mais democrática, ética e justa.

Se eleita para o cargo de Reitor, como você pretende trabalhar o problema do contingenciamento de recursos?

Há algumas possíveis frentes de atuação. A primeira é a gestão contínua junto aogoverno federalpara reverter o quadro de contingenciamento. Intensificaremos a defesa incondicional da educação pública e gratuita como fundamento para garantir a cidadania, bem como do investimento contínuo em ciência, tecnologia e cultura como instrumento de soberania nacional e transformação do país. Cabe também buscar alternativas e parcerias junto a instituições e órgãos federais, estaduais, municipais. Esse cenário de cortes e contingenciamento exige ainda que, como gestores, façamos a opção correta para

preservar o ensino, a pesquisa e a extensão – atividades fins da instituição – mantendo, como tem sido feito nos últimos anos, os editais de apoio a atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e as bolsas institucionais de graduação, de extensão e de assistência estudantil, para manter o atendimentoàs pessoas que dependem desses recursos. Essa política, portanto, é fundamental para a UFMG.

Como pretendem trabalhar o relacionamento da Reitoria com os diversos segmentos da Universidade e seus respectivos sindicatos, associações e representações?

Nossa proposta de gestão sustenta-se no slogan "Somos 2, Somos Múltiplos". Essa não é apenas uma frase de efeito, uma frase de campanha. Ela representa o que pensamos e acreditamos ser a UFMG – uma instituição múltipla, complexa e diversa, na qual atuam e interagem atores sociais e sujeitos diversos e autônomos. A diversidade é, no nosso entendimento, um valor inestimável que representa o nosso país, devendo ser preservado e enaltecido. Portanto, o relacionamento da Reitoria com os diversos segmentos será pautado pelo respeito, pelo reconhecimento da diferença e pela capacidade de escuta da administração central às demandas e anseios dos vários segmentos de nossa comunidade e de suas muitasformas de representação. É necessário primar pelo diálogo com todos e pela participaçãodos diferentes segmentos na construção da nossa universidade para, assim, fortalecer e ampliar a democracia interna de uma instituição pública e diversa como a UFMG.

Recentemente, a saúde mental de docentes, alunos e servidores técnico-administrativos tem gerado uma grande discussão na comunidade universitária, com repercussão na sociedade em geral. O que vocês pretendem fazer para enfrentar o problema?

Coordenada pela Vice-Reitoria, a Política de Saúde Mental da UFMG, elaborada por comissão transdisciplinar envolvendo os três seguimentos da comunidade, foi apresentada em 2017, no âmbito da Semana de Saúde Mental, após mais de um ano de debate entre diversos sujeitos da comunidade universitária. É uma política que expressa uma concepção de Universidade acolhedora, inclusiva, solidária, que preza pelo bem-estar de sua comunidade e que cria condições para o estabelecimento efetivo de uma cultura da cidadania na vida cotidiana da comunidade universitária.É necessário viabilizá-la em ações específicas de curto, médio e longo prazo, consolidando uma rede de acompanhamento que envolvaestruturas da Reitoria, núcleos de escuta e psicologia aplicada existentesem diferentes unidades da UFMG, como os serviços da Fafich, Letras e Medicina – e outras a serem desenvolvidas –, em consonância com o Sistema Único de Saúde (SUS), com as políticas públicas e com os dispositivos legais que compõem e orientam os programas municipal, estadual e nacional de saúde mental.

Qual a sua proposta de ação para a gestão ética do sistema de cotas para ingresso na universidade?

A criação do sistema de cotas é um avanço e foi decisiva para democratizar o acesso à universidade pública. Não podemos, em função de denúncias e questionamentos, invalidar um importante instrumento de inclusão, democratização e ação afirmativa que tem tido um grande impacto para nossa sociedade. No entanto, é necessário aprimorar os mecanismos de ingresso e as formas de verificação tanto das condições socioeconômicas quanto da autodeclaração relacionada ao grupo étnico de pertencimento. A UFMG tem sistematicamente averiguado as inconsistências verificadas e as denúncias apresentadas. No final do primeiro semestre, foi criada uma Sindicância Investigativa, ainda em andamento, para apurar denúncias contra um grupo de estudantes que teriam fraudado a autodeclaração racial para ingressar em diversos cursos, sobretudo, Direito e Medicina. É imprescindível discutir e avaliar o que fazer para aprimorar o atual sistema de ingresso. Podemos, por exemplo, pensar na declaração consubstanciada, pois ela mantém a centralidade da autodeclaração, mas aumenta o custo de uma declaração falsa. Nesse sentido, propomos a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Política de Inclusão e Ações Afirmativas que será responsável por ações educativas e específicas sobre a questão e por conduzir uma discussão ampla, madura e equilibrada sobre esta temática.

Existe um problema recorrente em relação à segurança do e nos campi da UFMG, como você enxerga esta questão?

Elaborar uma política sobre segurança para os campi da UFMG e as Unidades localizadas no centro de Belo Horizonte envolve dialogar com toda a comunidade universitária, para propor ações de curto, médio e longo prazo. Não podemos nos esquecer que a UFMG não é uma ilha. Os campi Pampulha e Saúde, por

exemplo, estão inseridos numa cidade que possui problemas de segurança e, por isso, não deve estar fora de nossa agenda de discussão questões associadas à segurança e a políticas públicas. Mas temos nossas singularidades, que são importantes e devem ser tratadas diferenciadamente. Nosso programa prevê, por exemplo, a criação de uma Guarda Universitária, com quadros femininos ampliados para melhor lidar com os casos de assédio, e a melhoria e expansão da iluminação dos campi da universidade. É fundamental que essa política a ser elaborada tenha a participação de todos os seguimentos da comunidade universitária não apenas em sua concepção, mas também em sua execução.

Como vocês pretendem realinhar a política de recursos humanos na universidade, especialmente, para evitar a quantidade de demandas judiciais (progressões estagnadas, suspensões de adicionais de insalubridade, cobranças indevidas aos inativos)?

A política de recursos humanos da instituição deve se pautar pelo princípio do diálogo, do respeito, da participação e da ética. Entendemos que a administração pública tem seus próprios procedimentos, legislações, diretrizes e regras que precisam ser seguidos, mas é importante destacar que estamos lidando com pessoas. É necessário, dessa forma, haver um equilíbrio entre a estrutura administrativa que precisa atender os preceitos legais, cujas funções precisam ser melhoradas e cujos processos devem ser agilizados, e as demandas das pessoas que precisam ser apreciadas e avaliadas. Além dessas ações, faz-se necessária ainda uma maior aproximação com os órgãos de controle, que determinam o cumprimento de decisões que têm trazido grandes transtornos na vida dos servidores. É precisobuscar soluções negociadas,no âmbito da autonomia institucional, com o intuito de resguardar os interesses da Instituição e dos servidores, sem desrespeitar a legislação vigente, evitando, assim, que haja uma quantidade desnecessária de demandas judiciais.

Quais serão as ações para valorizar o ensino, pilar central da Universidade, já que envolve todos os seus segmentos?

A universidade é pública quando acolhe e promove uma formação diversa. Para tal, é fundamental um ensino flexível, sintonizado com as demandas da sociedade e integrado com os produtos oriundos da pesquisa e da extensão, em uma relação indissociada. Há uma tecnologia de informação ao nosso dispor que deve ser utilizada e ampliada. Temos também iniciativas de interdisciplinaridade, a partir de formações complementares e transversais, que prezam pela conexão entre as diversas áreas do conhecimento, que pode e deve ser expandida incluindo novas temáticas e envolvendo não apenas a graduação, mas também a pós-graduação. A inclusão da inovação e do empreendedorismo como atividades de ensino e aprendizagem são também importantes para garantir um currículo atual e dinâmico. Para além dessas questões, valorizar o ensino também significa valorizar a docência em seus diferentes perfis, a atuação do corpo técnico-administrativo em educação, bem como o protagonismo estudantil, criando espaços para metodologias inovadorase inclusivas e um currículo mais flexível e interdisciplinar.

Por que a sua chapa é a melhor opção para a reitoria da UFMG?

A resposta está na concepção que dá nome à nossa candidatura: uma universidade pública e diversa. As propostas para a gestão 2018-2022, em construção coletiva com a comunidade universitária, preservam os avanços conquistados nos últimos anos e buscam o enfrentamento dos desafios e a superação dos problemas de forma responsável. O princípio que nos move é o comprometimento com a transformação das pessoas e a relação com a sociedade por meio de uma universidade de qualidade e relevância. Estamos dispostos a construir, em conjunto, essa UFMG que queremos, uma universidade que preza sua natureza pública, gratuita e de qualidade, e que está atenta à diversidade, em questões étnicas, de gênero e de origem, e também com relação àsdistintas áreas do conhecimento, aos saberes plurais, aosvariados perfis de nossa comunidade universitária e dos atores sociais e sujeitos da diversidade. Acreditamos que cabe à Universidade pública a reflexão e a projeção sobre o futuro e os rumos do nosso país. Temos a firme convicção de que a Universidade é para o país um instrumento único e insubstituível de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, humano e social.A liderança que queremos exercer, com disposição e coragem e com conhecimento aprofundado da nossa instituição, pressupõe a consolidação de uma UFMG altiva, uma Instituição capaz de contribuir mais decisivamente para a constituição de uma sociedade mais justa e inclusiva e para um projeto novo de nação.

CHAPA 3



Divulgação: Chapa 3

ANDRÉA MARA MACEDO

Professora Titular do Departamento de Bioquímica e Imunologia. É Diretora do ICB e membro da Comissão de Recursos do Conselho Universitário. Foi representante no CEPE (câmaras de Graduação e Pós) e bolsista 1B do CNPq. Publicou mais de 100 artigos.



Divulgação: Chapa 3

PAULA DE MIRANDA RIBEIRO

Professora Associada IV do Departamento de Demografia e pesquisadora do Cedeplar. É Diretora da FACE, membro da Comissão de Orçamento e Contas do Conselho Universitário, Presidente do Conselho Consultivo da Fundação IPEAD e bolsista 1C do CNPq.

APRESENTAÇÃO DA CHAPA

Em sua trajetória de 90 anos, a UFMG reúne muitas conquistas, mas tem ainda uma história a ser construída pela sua comunidade acadêmica. Pretendemos liderar essa construção no próximo quadriênio, com a atenção voltada para as questões que afetam a nossa comunidade e a sociedade. Assim, a UFMG continuará a ser uma instituição pública, laica, gratuita e de excelência; um local em que se formam profissionais cidadãos, competentes e comprometidos com o bem-estar da população e com o desenvolvimento do país; um espaço onde se ensina, produz, preserva e divulga a ciência, a arte e a cultura.

Se eleita para o cargo de Reitora, como você pretende trabalhar o problema do contingenciamento de recursos?

Temos experiências bem-sucedidas em administrar o ICB e a FACE, mesmo em cenário de poucos recursos. Participamos ativamente da gestão central da UFMG, por meio do Conselho Universitário, onde somos membros das Comissões de Recursos, Orçamento e Contas e Gestão dos Campi. A UFMG já viveu outros momentos de cortes de recursos e sabemos das dificuldades que se anunciam. De acordo com a Andifes, em 2018, o orçamento das IFES manterá os mesmos valores da matriz de custeio deste ano, sem recompor a inflação. O orçamento de capital, ou seja, as verbas para investimentos, que já vêm sendo reduzidas, passarão de 1,5 bilhão, este ano, para apenas 209 milhões em 2018. Na Reitoria de uma universidade, como a UFMG, o nosso posicionamento será claro e firme contra os cortes e contingenciamentos e em defesa da universidade pública e gratuita como um fator indispensável para a soberania e o desenvolvimento social e econômico do país. Para isso, vamos assumir um papel protagonista, com uma atuação efetiva junto ao MEC, à rede

mineira de dirigentes de universidades públicas, à Andifes e demais IFES.

Como pretendem trabalhar o relacionamento da Reitoria com os diversos segmentos da Universidade e seus respectivos sindicatos, associações e representações?

Não se faz a gestão de crise político-econômica, como a que ora nos afeta, sem se ouvira comunidade universitária, tanto diretamente, como por meio dos seus sindicatos, associações e órgãos representativos. Nesse cenário hostil às universidades e aos servidores públicos, a UFMG não pode, também, prescindir de ouvir seu órgão colegiado máximo. O Conselho Universitário, neste ano, se reuniu apenas em cinco ocasiões. É motivo de preocupação que a UFMG venha se distanciado das outras universidades públicas e de seus próprios docentes, técnico-administrativo se discentes na busca de soluções para enfrentar a grave crise que nos ameaça. Nossa proposta parte do princípio que a Reitoria precisa ser mais propositiva e estar mais próxima da comunidade universitária e da sociedade, mantendo diálogo permanente, respeitoso e profícuo com os sindicatos e as entidades representativas dos segmentos de nossa comunidade e dos movimentos sociais.

Recentemente, a saúde mental de docentes, alunos e servidores técnico-administrativos tem gerado uma grande discussão na comunidade universitária, com repercussão na sociedade em geral. O que vocês pretendem fazer para enfrentar o problema?

Apolítica de saúde mental da UFMG apresentou avanços nos últimos anos.Todavia, as discussões e iniciativas precisam ser ampliadas para que atinjam os três segmentos da comunidade, incluindo, além dos alunos, servidores docentes e técnico-administrativos que também estão adoecidos. Para isso propomos: (i) a promoção de um sistema integrado de saúde física e mental de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes, terceirizados e colaboradores na UFMG, com envolvimento de equipes multidisciplinares e em parceria com as unidades acadêmicas e também com as secretarias municipal e estadual de saúde; (ii) a instalação de dispositivos institucionais de escuta qualificada especializados em questões acadêmicas, de relações de trabalho, de gênero, LGBT e étnico-raciais; (iii) atividades e campanhas que promovam o conhecimento, a tolerância e o respeito à diversidade na UFMG; (iv) criação de núcleos de mediação de conflitos; (v) promoção de espaços e oportunidades de convivência, qualidade de vida e bem-estar nos campi; com maior oferta de serviços, mais segurança, mobilidade, urbanidade e sustentabilidade, tornando a UFMG um local acolhedor e agradável de se estudar, trabalhar e viver.

Qual a sua proposta de ação para a gestão ética do sistema de cotas para ingresso na universidade?

Os processos institucionais que garantem os direitos dos que ingressam na UFMG por meio de cotas precisam estar em constante aprimoramento, a fim de se assegurar que os beneficiados sejam, de fato, aqueles que atendam aos critérios legais. Casos identificados de fraudes devem ser punidos exemplarmente com a exclusão, para coibir novas ações fraudulentas. No caso das cotas para negros, propomos, além da manutenção do instrumento de auto-declaração, campanhas sobre pertencimento étnico-racial para as comunidades interna e externa da UFMG, utilizando os veículos de comunicação institucionais e as redes sociais, de forma a colaborar com a conscientização dos cidadãos sobre a importância do sistema de cotas nas IFES brasileiras e a necessidade de respeitá-lo. Ademais, é preciso garantir não apenas o ingresso ético e justo, mas a manutenção dos estudantes cotistas na UFMG de uma maneira completa, integrada, com qualidade e acessibilidade adequadas.

Existe um problema recorrente em relação à segurança do e nos campi da UFMG, como você enxerga esta questão?

Há um clamor da comunidade universitária para que medidas de segurança sejam tomadas com eficiência, rapidez, mas serenidade. Em geral, se espera que nós, candidatas à Reitoria, nos posicionemos contra ou a favor da presença da PM ou Guarda Municipal na UFMG. No entanto, não há medida isolada que resolva ou amenize o problema de segurança nos campi. A Universidade é parte indissociável das cidade sem que vivemos e do seu tempo e, considerada apenas em termos de número de usuários diretos, a UFMG é maior do que 90% dos municípios brasileiros. Desta forma, a solução para as questões de segurança (e da violência, em suas diversas dimensões) precisa levar em conta que não estamos, e nem queremos estar, isolados da sociedade. Infelizmente, a UFMG não tem um plano gestor dos campi e nem um plano de segurança que a ele esteja integrado. O PDI ainda vigente, e elaborado na gestão anterior, refere-se apenas à segurança patrimonial. É necessário elaborar um plano de segurança detalhado, com a colaboração da comunidade acadêmica, que tenha foco na preservação da integridade física e da dignidade das pessoas,na garantia dos direitos civis, na prevenção de crimes,na

preservação do patrimônio público e privado, na preservação do meio-ambiente, na segurança contra incêndio e na biossegurança. Soma-se a isso, a necessidade de investimentos na infraestrutura de portarias, centrais e vigilância, câmaras de vídeos, iluminação e de maior oferta de serviços que viabilizem a permanência da comunidade nos campi no período noturno. Somente um projeto de segurança integrado, acordado com a comunidade universitária e apropriado a cada campus, será capaz de estabelecer os condicionantes para que o aparato de segurança dos municípios ou do estado possa ser solicitado.

Como vocês pretendem realinhar a política de recursos humanos na universidade, especialmente, para evitar a quantidade de demandas judiciais (progressões estagnadas, suspensões de adicionais de insalubridade, cobranças indevidas aos inativos)?

A gestão de pessoas é nossa prioridade. As interrelações de trabalho e acadêmicas, a sobrecarga de atividades e cobranças,os conflitos geracionais associados a um cenário político-econômico desfavorável aos servidores e às universidades públicas,que nos impõe sucessivos cortes de recursos e de direitos, têm resultado em um ambiente tenso, desgastante e desrespeitoso. Isto tem levado ao adoecimento das pessoas e a um elevado volume de contenciosos judiciais. Nossa proposta é criar um ambiente mais acolhedor e harmonioso, com foco nas pessoas e na valorização dos saberes e fazeres dos outros. Pretendemos substituir a atual ProRH por uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas na qual as pessoas estejam em primeiro lugar e sejam valorizadas e respeitadas. Os servidores das diferentes diretorias vinculadas a essa Pró-Reitoria serão convidados para, juntos, elaboramos procedimentos mais humanizados, eficientes e eficazes. Acreditamos que, em um ambiente acadêmico-profissional sadio, podemos nos realizar pessoal e profissionalmente e ao mesmo tempo contribuir com o desenvolvimento da Universidade. Para isso, o respeito à diferença e o cuidado com as pessoas devem permear toda a política de gestão da UFMG.

Quais serão as ações para valorizar o ensino, pilar central da Universidade, já que envolve todos os seus segmentos?

É crucial valorizar a atividade de ensino em todos os níveis existentes na UFMG, do ensino fundamental à pós-graduação, como a atividade central e a vocação primordial da UFMG; razão de sua existência. Se aqui não houvesse ensino, seríamos um instituto de pesquisa e não uma universidade. Cabe à Reitoria prestigiar a atividade docente em seus sistemas avaliativos, além de oferecer infraestrutura e espaços adequados para cada tipo de aprendizado – do parquinho aos mais modernos laboratórios, passando por salas de aula próprias aos diversos saberes e fazeres e pelas indispensáveis atividades de campo. É preciso, também, dar atenção aos desafios que os alunos do século XXI impõem a nós, docentes formados no século XX, muitos de nós utilizando metodologias ainda mais antigas. É preciso capacitar professores e servidores técnico-administrativos para o uso de metodologias ativas, centradas no estudante, compatíveis com as expectativas de nosso tempo. Cabe, ainda, integrar melhor a formação acadêmica com os campos profissionais de cada área, garantindo uma aprendizagem significativa e contextualizada. É preciso ter um olhar da Universidade para os cursos que já alcançaram a excelência, para que se mantenham neste patamar, mas é preciso também um olhar especial para aqueles cursos que ainda não chegaram lá. Não podemos deixar nenhum curso para trás. Isso é UFMG +!

Por que a sua chapa é a melhor opção para a reitoria da UFMG?

A UFMG chega aos seus 90 anos tendo tido até agora apenas duas Reitoras. Pela primeira vez na historia, poderá escolher para a liderança da Universidade uma Reitora e uma Vice-Reitora. Temos hoje a oportunidade de escolha entre três candidaturas, todas com experiência e capacidade de conduzir a UFMG no próximo quadriênio. Todavia, as três chapas diferem bastante no campo das prioridades e, principalmente, do fazer. É fácil detectar essas diferenças – basta observar como as candidatas e os candidatos já atuam hoje na gestão. Neste aspecto, fazemos uma gestão bem diferente! Mantemos uma relação respeitosa, cordial e profícua com os servidores docentes e técnico-administrativos, e também com os estudantes. Fazemos uma gestão compartilhada, com foco nas pessoas e na coletividade. Mesmo num cenário econômico desfavorável, melhoramos o planejamento e a eficiência no uso dos recursos para suporte de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Combinamos experiência acadêmica e administrativa, reconhecidas pelos pares, com eficiência e transparência na gestão. Já fazemos uma gestão mais inclusiva, mais próxima, mais criativa, mais produtiva, mais democrática e mais acolhedora. Somos a única chapa capaz de promover a coesão da comunidade universitária, necessária para vencer os desafios que o cenário político-econômico atual nos impõe, conciliando gentileza com firmeza na tomada de decisões.

CONSULTA À COMUNIDADE 2017

CALENDÁRIO

PRIMEIRO TURNO

Novembro

06/11 - data para a entrega pelas chapas da prestação de contas

08/11 - realização da consulta (1º turno - apenas no Hospital das Clínicas)

09/11 - realização da consulta (1º turno - em todos os locais de votação)

10/11 - encaminhamento do resultado da consulta ao Colégio Eleitoral (se não houver 2º turno)

21/11 - reunião do Colégio Eleitoral para elaboração da lista tríplice (se não houver 2º turno)

SEGUNDO TURNO

Novembro

09/11 a 23/11 - período de afastamento dos inscritos de todas as atividades letivas e administrativas na UFMG

20/11 - data para a entrega pelas chapas da prestação de contas do 2º turno

21/11 - realização da consulta (2º turno - apenas no HC)

22/11 - realização da consulta (2º turno - em todos os locais de votação)

24/11 - encaminhamento do resultado da consulta ao Colégio Eleitoral

Dezembro

12/12 - reunião do Colégio Eleitoral para formação da lista tríplice

Fonte: Comissão Eleitoral / UFMG.

ACOMPANHE AS NOSSAS ATIVIDADES.

Rua Artur Itabirano, 70 . São José / Pampulha . BH

(31) 3441-7211 / www.apubh.org.br

40 anos apubh